



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

NHIBLO PEDRO BARREGOL

**FILHA DE BIDERA: O ACESSO À EDUCAÇÃO PARA MENINAS NA
GUINÉ-BISSAU**

ACARAPE, CE

2022

NHIBLO PEDRO BARREGOL

**FILHA DE BIDERA: O ACESSO À EDUCAÇÃO PARA MENINAS NA GUINÉ-
BISSAU**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão I no Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharelado em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Vera Rodrigues

ACARAPE, CE

2022

NHIBLO PEDRO BARREGOL

FILHA DE BIDERA: O ACESSO À EDUCAÇÃO PARA MENINAS NA GUINÉ-BISSAU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidade, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus Ceará.

Aprovado em: 26/07/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Vera Rodrigues (Orientadora/IH Unilab)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB

Prof. Dra. Cristina Mandau Ocuni Cá (Membro examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB

Prof. Ma. Peti Mama Gomes (Membro examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB

SUMÁRIO

1	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	6
2	INTRODUÇÃO	6
3	TEMA	9
3.1	DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	9
4	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	9
5	JUSTIFICATIVA	9
6	OBJETIVOS	12
6.1	OBJETIVO GERAL	12
6.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
7	EMBASAMENTO TEÓRICO	13
7.1	CENÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU DURANTE PERÍODO DE 2000 - 2016	13
7.2	ANALISANDO O PAPEL DO ESTADO GUINEENSE NA CONSTRUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	18
7.3	DESAFIOS PARA O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU	21
7.4	IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE EQUIDADE E IGUALDADE DE GÊNEROS	23
7.5	AS CAUSAS DE DESIGUALDADE E EVASÃO ESCOLAR FEMININA NA GUINÉ-BISSAU	27
7.6	IMPLEMENTAÇÃO E PROMOÇÃO DAS AÇÕES IMPORTANTES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE EQUIDADE E IGUALDADE DE GÊNERO.	31
8	METODOLOGIA.....	34
9	CRONOGRAMA.....	36
	REFERÊNCIAS	38

RESUMO

O presente trabalho visa analisar e compreender o acesso ao ensino para as meninas (filhas de bidera) a partir dos anos 2000 até 2016. Tem como objetivo compreender os desafios enfrentados pelas meninas guineenses no tocante ao acesso ao Ensino Superior, em virtude da desigualdade de gênero no ensino guineense. Nesse trabalho, usaremos autores que discutem sobre gênero, principalmente autores guineenses, como, Maria Cristina Piana (2009), Hélder Duarte Batica (2015), Fala de mindjer (2018), Cristina Mandau Ocuni Cá (2015), Hipólito Mendes (2016), Oyèronké Oyèwúmi (2004). Para realização deste projeto, será utilizado o método qualitativo, via análise documental e bibliográfica, por fim, faremos uma pesquisa de campo que será desenvolvida na Unilab por meio de entrevistas semiestruturadas. Serão entrevistadas as estudantes mulheres guineenses que já foram afetadas por um dos fatores que fazem com que haja desistência no ensino superior. A pesquisa pode contribuir pela sua importância para sociedade guineense, uma vez que apostamos na educação e na melhoria do sistema educativo e na implementação da lei que criminaliza o abandono escolar feminino.

Palavras-chave: Emancipação feminina. Ensino superior, Guiné-Bissau.

Prisenti tarbadju teneh suma obdjetivu prinsipal analisa i komprendi dinamika di entrada di badjudas guinensis (fidjus di bidera) na unibersidadis a partin di anu 2000 teh 2016. Utru obdjetivu i tenta komprendi difikuldadis keta pasa ora kena fasi formason superior, pabia manga di bias ekata privilidjiadu suma rapasis. Pano diskuti mindjor sobri es asuntu nona kumbida diferentis otoris ku skirbi dja aserka des tema, prinsipalmenti otoris guinensis suma: Maria Cristina Piana (2009), Hélder Duarte Batica (2015), Fala de mindjer (2018), Cristina Mandau Ocuni Cá (2015), Hipólito Mendes (2016), Oyèronké Oyewumi (2004). Pa realisason des prudjetu i na utilisadu metodu kualitativu, atrabes di analisi di dukumentus inda ku librus. Pa fin, nona bin fasi piskisa na terenu, nunde kina disinbolvidu na UNILAB, atrabes di n'tribista simistrutradu. Nundeh ku nona n'tribista grupu di badjudas guinensis ku pasa pa kasabi dika studa na unibersidadi pabia di algun motibu fora di seh bontadi. Eh piskisa na teneh importansia pa socedadi guinensi, pabia no posta na edukason, na mindjoria di tudu sistema edukativu inda na aplikason di lei kita pui alguin bai kalabus ora ki fasi fidju femia ou si parenti bandona skola.

Palabras-tchabi: Indipendensia di badjudas. Unibersidadi, Guiné-Bissau.

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Este projeto de pesquisa foi escrito pela estudante Nhiblo Pedro Barregol sob orientação da professora Prof.^a. Dr^a Vera Rodrigues e tem como tema “**Filha de bidera: o acesso à educação para meninas na Guiné-Bissau**”.

2 INTRODUÇÃO

Meu nome é Nhiblo Pedro Barregol, nasci no dia 08 de abril de 1995 na Guine Bissau. Sou filha de bidera , meus pais se chamam Fernanda Soares de etnia manjaco de Caio, e Pedro Luís Barregol, também da etnia manjaco¹ do sector de Caio, minha família toda é de sector de caio, eu e meus irmãos nascemos no capital. Meu pai tinha 3 mulheres e 12 filhos, 5 meninas e 7 meninos, minha mãe foi a primeira esposa e tiveram dois filhos, as duas mulheres, cada uma tem cinco filhos, sou a segunda filha e primeira a se formar e fora do país.

De acordo com Antônio Carreira (1983), a *bidera* é entendida como um conjunto de grupos urbanos e rurais de mulheres de condição social de origem popular, que exercem função social nos mercados públicos.

A minha mãe erra servente (faxineira) e bidera de uma escola pública chamada **Revolução do outubro**, também, vendia rosquinhas e dindinho (picolé), ela trabalhava muito e quase não dormia porque tinha que se levantar de madrugada para preparar as coisas para ir vender e conseqüentemente garantir o nosso sustento. Os vizinhos me diziam que o pouco do salário do meu pai, servia só para as minhas roupas e mochila das escolas, eu quase comecei a ficar em casa muito cedo com minhas primas, tias e primos, porque, felizmente, a casa era cheia de pessoas maravilhosas, também era uma casa acolhedora, a maior parte dos familiares do meu pai que saíam do interior do país hospedavam-se por lá até terminarem o que vinham procurar na cidade, para, assim, depois regressarem. E, na àquela altura não existia filho ou filha de quem, tudo o que os vizinhos tinham, também, era nosso, a educação de base era dos melhores, onde nenhuma criança expressava palavrões, ou desrespeitavam os mais velhos. Somos todos

¹ Os manjacos (em manjaco: Manjaku) são um povo que habita as ilhas de Pecixe e Jeta e as margens dos rios Cacheu e Geba, na Guiné-Bissau. O nome do povo significa "eu digo-te". A língua manjaca está classificada como parte das línguas Senegal-Guiné, que são uma subdivisão das línguas atlânticas. Existem grandes comunidades de manjacos no Senegal, França, Gâmbia, em Portugal e nos países envolventes da Guiné-Bissau.

da religião católica, nasci numa família muito religiosa, onde todo mundo frequentavam a igreja, a maioria é batizada, e com pouco que tínhamos, conseguimos viver feliz e assim fui crescendo com amor e muita energia positiva.

Por outro lado, sofria bullying por parte de alguns alunos que zombavam do trabalho da minha mãe, usávamos o dinheiro que ela ganhava no dia a dia na compra da alimentação, no entanto, a maioria da população faz compras todos os dias, não temos o hábito de fazer compras para um mês e nem uma semana, além disso, não tínhamos energia e água potável, então vivíamos consoante aquilo que conseguimos. Certa vez, na escola, eu lembro que apresentava às minhas colegas da turma minha mãe para que possam ser clientes dela, pois havia muitas mulheres vendendo mesmas coisas e outros optavam por outros alimentos, enquanto isso, meu tio saía para vender o dindin na outra escola, e a gente se encontrava em casa no horário de almoço, minha mãe, de novo, regressava para o mercado a fim de comprar alimento para preparar o almoço. Ao término do almoço, ela voltava para vender de novo, essa era a sua rotina diária, tem dias que as coisas ficavam tensas, e almoçávamos só com arroz branco, sem molho ou qualquer outro ingrediente, em outros termos, sem ter nada que colocar em cima. O dinheiro da venda na escola não dava para cobrir as despesas e aluguel da casa, a escola era do estado (publica), porém pagamos propinas (mensalidade) em cada três meses, matrícula, e matérias da escola, roupa e calçados de 3 pessoas, porque ela sempre dizia que prefere andar nua do que deixar faltar alguma coisa a nós, ela era pai e mãe ao mesmo tempo, porque desde a separação, meu pai não sabia mais nada da gente, nem da alimentação ou se quer da nossa vida social no que concerne ao aprendizado, tinha dias que tínhamos que emprestar arroz no vizinho para comer. Estudei 3^a e 4^a classes numa escola que não tem piso e com faltas de carteiras, se atrasasse, teria que assistir a aula sentada no chão, teve dias que que não tinha dinheiro para pegar café na escola, mesmo assim, saía da escola debaixo do sol ardente e fatigante direto ao mercado para comprar alimentos e preparar o almoço, enquanto a minha mãe continuava as vendas dela, não volta até, quase, ao final do dia, sem almoçar, isso passou ser a nossa rotina, dizia, ela, que a mãe “tem que amarar a barriga”, não sentir fome se quiser que a filha coma. Foram momentos muito difíceis, sabendo que os filhos já estão no liceu, quem esteve na Guiné Bissau sabe o quão difícil é comprar e copiar os textos, pagar folhas da prova, entretanto, mesmo assim nunca fomos expulsos da escola, podemos sofrer fome, perda de sono, mais nunca material de escola. Essa é a realidade de muitas pessoas na Guiné-Bissau, um país com muitas coisas em vários setores para serem consolidadas, principalmente com relação ao acesso à

educação e ao ensino superior, nesse sentido, é necessário apresentar o país e alguns de seus aspectos contextuais, com o intuito de facilitar a compreensão da necessidade deste projeto de pesquisa.

A República da Guiné-Bissau situa-se na costa Ocidental do continente africano, faz fronteira com Senegal ao Norte e ao Sul e Leste com a vizinha República da Guiné Conacri. Possui uma extensão territorial de 36.125km² e com uma população estimada em 2.000.000 de habitantes. Além de ser plano e de clima tropical e ser considerado um dos países mais atrativos para turismo, este país da África subsaariana é conhecido pela sua grande diversidade étnica e cultural (AUGEL, 2007). Proclamou-se unilateralmente independente no dia 24 de setembro de 1973, após vários anos de árdua e perseverante luta armada.

Mesmo sendo um país muito rico em biodiversidade e recursos naturais, a Guiné-Bissau não conseguiu após a independência consolidar-se politicamente, passando a ser palco de intermitências democráticas e sucessivos golpes de Estado. Em decorrência disso, tem se verificado uma fraca aplicabilidade em várias áreas inclusive na educação, principalmente quando se trata de políticas educacionais relacionadas à desigualdade e disparidade do gênero no sistema educacional guineense.

Dentro da sociedade, a mulher guineense, em todos os níveis e em todos os sistemas é alvo de discriminação deste modo é de suma importância estudar e refletir sobre a desigualdade de gênero na educação. Além de ser um direito humano imprescindível, a educação é um elemento de muita importância na formação e no desenvolvimento humano.

O Estado guineense prevê no 16º e 49º artigos da Constituição da República (2021) o direito ao acesso à educação a todos os cidadãos, independente do gênero, condição social, física, política ou religiosa. Assim sendo, nesse projeto abordaremos sobre as políticas educacionais na Guiné-Bissau e sua relação com a desigualdade e disparidade de gênero no sistema educativo deste país em que há um grande obstáculo social no acesso à educação o que se agrava ainda mais quando se trata da efetivação das políticas educacionais de gênero.

A inferiorização sociocultural da mulher guineense a coloca em um lugar onde é impossibilitada de crescer, onde é vista como fraca e útil somente para os trabalhos domésticos e criação das/dos filhas/os. São criados estereótipos que prejudicam, obrigando-as subjetivamente a abandonar os estudos, limitando-as o máximo possível de exercer alguns de seus direitos. Para conquistar sua emancipação a mulher guineense enfrenta múltiplas barreiras,

trabalha o dobro para provar seu valor. Em contrapartida o gênero masculino esse esforço não é tão requerido.

3 TEMA

Acesso ao ensino superior para as meninas na Guiné-Bissau.

3.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Ensino superior para as meninas na Guiné-Bissau: um olhar a partir da experiência da filha de *bidera entre 2000 a 2016*.

4 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

- Quais são os desafios enfrentados pelos as estudantes guineenses para acesso do Ensino Superior na Guiné-Bissau?
- Quais os limites e desafios do estado guineense para sustentar ensino superior em termos de recursos humanos, materiais, financeiros e infra-estruturais no sistema educativo?
- Existem alguns tratamentos diferenciados na escola para os meninos e as meninas pela por dos (as) professores (as) ensino guineense?
- O que o estado tem feito para promover igualdade de gênero no ensino superior na Guiné-Bissau?
- Quais são as condições do acesso ao ensino na Guiné-Bissau para meninos e meninas?

5 JUSTIFICATIVA

O interesse pelo tema de o acesso à educação para as meninas na Guiné-Bissau, surgiu na discussão com a minha orientadora sobre a minha trajetória de vida, contexto histórico, político e social acerca de Igualdade de gênero, com menos participação das meninas no mercado do trabalho, na tomada de decisão e debates e menos números na política.

Nesta Perspectiva, com alargamentos de redes de ensino na Guiné Bissau, muitas pessoas sem recursos tentam compartilhar conhecimento, de uma forma equitativa, essa partilha acaba por envolver ações estruturante para o bem-estar de indivíduo na escola para progressiva construção de valores significativos na integração social, com a finalidade de responder a futura

sociedade. Sem dúvida, a educação é uma arma de desenvolvimento, também é fundamental para o crescimento de um ser humano em todo sentido, assim pretendemos analisar as desigualdades de gênero, com o intuito de luta contra as desigualdades construídas historicamente e socialmente entre o homem e a mulher no campo acadêmico (universidade) e social.

Por outro lado, temos como exemplo que as mulheres, sempre são grupo social que mais sofrem na nossa sociedade, certamente, são vistas pela sociedade patriarcal, machista como classes inferiores, que não tem a capacidade criar, pensar e agir sobre um determinado fato. Nesse sentido, são marginalizadas, criminalizadas e subjugadas dentro dessa sociedade patriarcal e conseqüentemente se reflete até no ensino superior. Além disso, as meninas são excluídas dentro desse espaço acadêmico, só porque são mulheres e outras passaram por vários tipos de violências, por exemplo, violência psicológica, moral, física e sexual, sobretudo uma violência simbólica. Ainda mais, elas são limitadas a fazer cursos das ciências exatas como Matemática, Física, Engenharia... esses cursos são machistas, que acaba incluído mais homens e excluindo as mulheres dentro desse campo de saber e conhecimento. Entretanto, é mais notável as mulheres nos cursos das ciências humanas, principalmente no campo da educação (pedagogia).

Diante desse cenário social, esta pesquisa, busca contribuir com os estudos sobre desigualdades de gênero que podem vir influenciar em políticas públicas que melhoram vidas das mulheres ou contribuir para ampliar o conhecimento sobre o tema e assim estimular outras pesquisadoras a produzirem conhecimento voltado à desconstrução dessas desigualdades sociais de gênero, que tem afetado muito as mulheres no processo educativo.

É importante promover igualdade de gênero e não só, como também mostrar para sociedade que as mulheres merecem ser valorizadas e respeitadas perante aos seus direitos, sem discriminação da sua integridade física, psicológica e moral. Porém, a prática da cultura machista ainda está muito bem enraizada e perpetuada dentro da nossa sociedade, pois, é uma prática que coloca a mulher num lugar de submissa ou de inferior só pelo simples fato de ser mulher ou de nascer mulher. De acordo com Noêmia Monteiro (2019), por conta a cultura machista guineense, em que o casamento tem que ser coercivamente, o sonho e objetivo das mulheres, na medida em que crescem, são educadas para terem a habilidade de administrar um

lar e cuidar das atividades domésticas, e este é um dos principais fatores que motivaram a escolha desta temática.

Entretanto, é muito importante promover e valorizar os direitos das mulheres dentro dos espaços profissionais, acadêmicos e não acadêmicos. Neste contexto, o Estado e outras entidades não estatais precisam executar medidas preventivas e corretivas de amparo e proteção às vítimas dessa violência. Enquanto, as questões dos direitos humanos, as mulheres merecem ter do direito de estar livres; a igualdade e o estar livre de todas as formas de discriminação; direito à liberdade do pensamento, à informação e à educação; direito aos benefícios do progresso científico; salarial, ao emprego, à liberdade e à segurança pessoal. Lutar por esses direitos, são muito importantes para as garantias de tudo que almejamos, principalmente, pelas classes vulneráveis e marginalizadas nas nossas sociedades.

Todavia, a necessidade que devem ser atendidas principalmente da educação, de expandir as redes escolares que vai permitir acesso à educação a todos os guineenses, em especial para meninas. Em princípio, estes recursos devem funcionar antes da democratização e expansão escolar, por meio de formação, capacitação dos professores na área pedagógica, infraestruturas escolares e capacidade de responder financeiramente de responder a sociedade educativa.

Portanto, o governo guineense deveria colocar a educação como prioridade das prioridades, criar um sistema educativo, de acordo com a realidade social do país e com mecanismos e incentivos para promover igualdade de género no ensino superior. Porque o sistema educativo Guineense é muito frágil do ponto de vista do ensino, da pesquisa e extensão. Importa lembrar que a educação é o motor da transformação social e com ela criamos recursos humanos internos capazes de responder a qualquer demanda da sociedade em geral (Cabral 1974).

6 OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

Compreender os desafios enfrentados pelas meninas guineenses no acesso ao Ensino Superior, causado pela desigualdade de género no ensino guineense.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para que o objetivo geral seja explorado, serão necessários alguns estudos:

- Analisar as medidas fundamentais tomadas para alargamento das redes da educação superior e a definição de um novo sistema educativo que permitisse o acesso à educação para todos;
- Compreender vários constrangimentos no país: a falta de meios financeiros para a implementação das políticas educativas, a falta de um corpo docente quantificado e qualificado para o ensino superior;
- Compreender a política educacional do estado guineense sobre financiamento e manutenção do ensino superior;
- Analisar os desafios que as meninas enfrentam no acesso ao ensino superior na Guiné-Bissau;
- Discutir as formas de promover igualdade de género no ensino superior, criando incentivos para motivar as meninas a ingressarem no ensino superior.
- Compreender as causas das desigualdades entre os géneros dentro do ensino superior guineense;
- Analisar a política pública de promoção de igualdade do género no acesso ao ensino superior.

7 EMBASAMENTO TEÓRICO

7.1 CENÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU DURANTE PERÍODO DE 2000 - 2016

Há 49 anos, a Guiné-Bissau proclamou unilateralmente a independência, em 24 de setembro de 1973, e reconhecido oficialmente pela colônia portuguesa em 1974. Apesar da independência, o país nunca encontra o desenvolvimento. A história da Guiné-Bissau, como uma nação independente, tem sido marcada por enormes desafios em busca do desenvolvimento, como as instabilidades políticas e econômicas. Além disso, a situação se agravou mais com conflito militares 1998-1999, sucessivos golpes de estado, contragolpes, assassinios políticos na cúpula do poder e um padrão de desrespeito pelos direitos mais elementares dos indivíduos deixaram de ser a exceção e passaram a ser a regra. Esses eventos, são considerados um hábito de governantes guineense, que por sua vez, resulta-se no descontrole total do país, ou seja, a atual situação sócio-política que o país se encontra, é fruto de constantes instabilidades implementadas pelos governantes guineenses após a independência, uma vez que não conseguiu controlar a sua máquina Estatal.

Uma das grandes preocupações do novo governo após a independência é investir massivamente na educação guineense, não só para minimizar as enormes cicatrizes da educação colonial, mas, sim, para formar futuros quadros e dirigentes com intuito de responder às demandas que o país enfrentava. Nesse período, o país começou a busca pela sua autonomia, no sentido de criar um sistema educacional que tivesse como base as raízes culturais e sociais do povo guineense. Apesar de muitos anos de luta, em busca de um modelo educacional voltado para o desenvolvimento, em acordo com suas raízes sociais e culturais, o país continua com um sistema inadequado à sua realidade e necessidades.

De acordo com o Artigo 16 da Lei Constitucional da República da Guiné-Bissau:

A educação visa à formação do homem. Ela deverá manter-se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso. 2. O Estado considera a liquidificação do analfabetismo como uma tarefa fundamental. (CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA GUINÉ-BISSAU, 1996, p04).

Segundo Djaló (2009), durante décadas, a educação vem sendo considerada em prol de desenvolvimento e uma máquina de transformação social, principalmente no final do século XX, que foi destaque da educação voltada para a formação profissional do que a educação calcada em valores éticos e morais, excludentes. Para a sociedade capitalista, acelerar a industrialização depende da aquisição de habilidades profissionais para transformar e gerar produtos, com base na capacitação e treinamento dos profissionais.

Uma das prioridades de novo governo guineense após a independência emergente é o campo educacional marcado por profundas cicatrizes da educação colonial, o autor ainda ressalta que:

Toda a política do investimento na educação passa a apresentar um viés mercadológico, útil e rentável, e por sua vez desprovido de ética, moralidade e solidariedade. Mesmo com as limitações impostas pela falta de recursos do Estado pós 80 coloniais o PAIGC ainda foi capaz de sustentar os princípios do ensino ligado ao trabalho produtivo, à educação integrada à vida comunitária, a gestão democrática das escolas com a participação de professores e alunos em atividades políticas como fomento ao desenvolvimento humano. Para a implantação deste sistema de ensino, o Comissariado de Educação convidou Paulo Freire e a equipe do Instituto de Ação Cultural (IDAC), que trabalhava com este educador em Genebra, para prestarem consultoria durante a implantação de uma Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos (Mamadú Djaló, 2009, p.79).

Antes de iniciar uma breve narração sobre a situação do ensino superior na Guiné-Bissau - 2000 a 2016, é importante ressaltar aqui, após a independência até ao ano 2000, com base no suporte nas fontes teóricas dos autores como: Sanhá (2009), Augel (2009), Sucuma (2013) e Hugo Monteiro (2013) e entre outros materiais como dados, documentos oficiais, tais como leis, decretos, boletins, a Guiné-Bissau possuía sete instituições da Educação Superior na época (Sani et 2014).

Na época contava com: Uma Escola Nacional de Saúde fundada em 1974, foi primeira instituição da Educação Superior no país, cujo objetivo era formar quadros e técnicos na área de saúde. Depois de um ano, concretamente em 1975, foi criada uma Escola de Formação Amílcar Cabral, situada em Bolama, com o intuito de formar quadros e professores de ensino básico. Em 1979, foi Escola de Formação dos Professores de Ensino Secundário Tchico Té, situado em Bissau, cujo objetivo era e é formar quadros e professores para o ensino secundário.

Em seguida, em 1982, foi criado o Centro de Formação Administrativa (CENFA), atual Escola Nacional de Administração (ENA), em Bissau, cujo objetivo principal é formar os quadros técnicos na administração pública e privada. Quatro anos depois foi criada a Faculdade de Medicina, com o objetivo de formar médicos e quadros para a saúde pública. Ainda no

mesmo ano, em 1986, foi criada a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), para a formação de professores de educação física e desportos. Em 1990, através da Cooperação Portuguesa, abriu-se a Faculdade de Direito de Bissau (FDB), oferecendo o curso de Direito, com grau de Licenciatura.

Diante disso, percebe-se que depois da independência até 1990 a Guiné-Bissau possuía Sete instituições de ensino superior, sendo que três delas tinham o papel na formação dos professores para ensino básico e ensino médio. Caso de Escola da Formação Amílcar Cabral, Escola de Formação dos Professores de Ensino Secundário Tchico Té e Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Quanto à Escola Nacional de Saúde, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito de Bissau oferecem os cursos de nível licenciatura. Por último, a Escola Nacional de Administração (ENA), oferece os cursos de Administração e Contabilidade em nível médio e superior.

Em 2001, foi fundado o Instituto Camões, em Bissau, que oferece o curso de Licenciatura em Língua Portuguesa para a formação de professores para o ensino secundário e superior. Em 2003, foi criada a primeira universidade pública do país, denominada Universidade Amílcar Cabral (UAC), em Bissau, com o objetivo de formar pesquisadores e profissionais para o mercado de trabalho. Ainda, em 2003, foi criada a primeira universidade privada do país, a Universidade Colinas de Boé (UCB), em Bissau, com objetivo de cobrir lacunas encontradas no UAC e nas outras escolas de formação de país.

Em 2007, foi aberto Universidade Lusófona da Guiné (ULG), em Bissau, que foi criado no quadro da cooperação de governo guineense e a Universidade Lusófona de Portugal, uma vez que, o governo guineense não tinha condição na época para continuar sustentando a Universidade Amílcar Cabral. No mesmo ano, em 2007, foi aberta a Universidade Católica da África Ocidental (UCAO), em Bissau, que oferece o curso de Administração, cujo objetivo é formar gestores públicos e privados.

Em 2010, criou-se outra universidade privada, denominada a Universidade Jean Piaget, já com instalações próprias, na capital Bissau. Um ano depois, em 2011, foi aberto o Instituto Superior Politécnico Benhoblo, em Bissau, cuja finalidade é dar aos jovens Guineenses a oportunidade de ter uma educação superior, com intuito de se tornarem profissionais competentes e porem ao serviço do seu país o conhecimento e aptidões adquiridas. Sabe-se que, infelizmente, já não funcionam nesta instituição, por motivos que desconhecemos.

Para melhor compreensão do processo de evolução da educação superior na Guiné-Bissau, de 2000 a 2016, compreendo que vale a pena implantar um quadro que demonstra a síntese dessa evolução, como mostra no Quadro 1:

Quadro 1-Síntese da evolução de ensino superior na Guiné-Bissau (2000-2016)

Ano abertura	Instituição de Ensino	Nível de Ensino (Técnico/ Superior)	Pública/ Privada	Curso oferecidas	Local de instalação
2001	Instituto Camões	Ensino Superior(formação de professore)	Pública	Língua Portuguesa	Bissau
2003	Universidade Amílcar Cabral (UAC)	Ensino Superior	Pública	Economia; Administração e Gestão de Empresas; Gestão de Recurso Humano; Engenharia Informática; Enfermagem Superior; Serviço	
				Social, Sociologia; Comunicação Organizacional e Jornalismo	
2003	Universidade Colinas de Boé (UCB)	Ensino Superior	Privada	Administração Pública e Economia Familiar, Gestão e Contabilidade, Comunicação Social e Marketing, Engenheiro Informático, Engenheiro em Construção Civil e Engenheiro Eletrônico.	Bissau

2007	Universidade Lusófona da Guiné (ULG) (assumiu a continuidade de formação dos alunos que estudavam na UAC)	Ensino Superior	Privada	Economia, Administração e gestão de Empresa, Sociologia, Comunicação Organizacional e Jornalismo, Pedagogia e Ciências de Educação, Engenharia Informática, Arquitetura, Enfermeiro e Ciências Médicas.	Bissau
2007	Universidade Católica da África Ocidental (UCAO)	Ensino Superior	Privada	Administração	Bissau
2010	Universidade Jean Piaget	Ensino Superior	Privada	Ciências de Saúde e do Ambiente, Tecnologias, Ciência Política, da Educação e Ciência Econômica e Empresarial	Bissau
2011	Instituto Superior Politécnico	Ensino Superior	Privada	Enfermagem, gestão hospitalar, informática, línguas	Bissau
	Benhoblo			estrangeiras e relações internacionais	

Fonte: autor 2022

Percebe-se que, existem seis universidades privadas e uma universidade pública, caso da Universidade Amílcar Cabral, com uma estrutura muito precária. É importante ressaltar que, mesmo sendo considerada universidade pública, os alunos têm a obrigação de pagar mensalidade, garantindo, dessa forma, as suas permanências na instituição, que era no valor de 15.000 Fcfa (Franco de Comunidade Financeira Africana). Em consequência disso, em 2007,

foi fechada devido à falta de recursos para se manter e só veio a ser reaberto em 2019. Diante disso, foi uma parceria com a Universidade Lusófona, que é uma universidade privada com sede principal em Lisboa, surgindo assim, a Universidade Lusófona da Guiné (ULG).

Diante desse cenário, nota-se que, praticamente não existe a universidade pública no país, uma vez que, a Universidade Amílcar Cabral, com parceria Público/Privado, com a cobrança das mensalidades de 15. 000 FCFA, (corresponde R\$ 79, 587) cada mês sem levar em consideração a situação socioeconômica do país e a baixa renda da população, sobretudo da maioria dos alunos que lá estudavam, isso incentiva o governo a viabilizar a política de mobilidade de convênios das bolsas para o exterior. Nessa perspectiva, o Frederico (2011),

“Como Política de Mobilidade o Governo da Guiné-Bissau, envie os seus estudantes para cursarem Graduação nos seguintes Países: Portugal, Rússia, Cuba, Alemanha, EUA, Brasil, Argélia, Marrocos, Venezuela. No caso do Brasil, apesar dos estudantes começarem a vir desde 1986, (Convenio PEC-G) o maior fluxo dos estudantes guineenses deu-se a partir dos anos 2000-2009, num total de 1085 estudantes guineenses (657 homens e 428 mulheres). Apesar do esforço que o Estado da Guiné-Bissau tem feito na melhoria de qualidade de Educação do seu Povo, precisaria investir mais no setor da Educação (2,89% do PIB) do que nas Forças Armadas (5,39% do PIB), criando uma Universidade Pública, de qualidade a todos os Guineense” (FREDERICO, 2011, p.02)

O que será de nós sem bolsas dos estudos! Sou prova viva disso, isso foi a melhor decisão que o governo poderia tomar, porque ensino superior capacita a sociedade permitindo-lhe assegurar as capacidades de saber lidar e resolver problemas que garantem a aprendizagem de desenvolvimento de cidadãos éticos. De acordo com o diálogo com os autores e autoras, entendo o ensino superior como um ato de garantir a aprendizagem e promover a divulgação de conhecimentos culturais e científicos. Ou seja, é o nível mais elevado dos sistemas educativos que permite a formação de todos os docentes afim de transportar o conhecimento aos demais alunos.

7.2 ANALISANDO O PAPEL DO ESTADO GUINEENSE NA CONSTRUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Uma das prioridades de governo guineense após a independência era investir na educação voltada a formação técnico-profissional, mas na época o governo não tinha recursos financeiros suficientes para sustentar o projeto da educação superior, não só por ser um Estado

recém-independente com poucos recursos financeiros, mas também havia poucos profissionais capacitados na área de educação.

Em 1979 foi aberta em Bissau a **Escola Tchico Té**, para formar professores do ensino secundário, oferecendo os cursos de bacharelato (cursos de 3 anos, não equivalentes a licenciatura na Guiné-Bissau). Depois do conflito de 7 de junho 1998 foi aberto nesta escola um curso de licenciatura em Língua e Literatura Portuguesa, ministrado com apoio do Instituto Camões em Bissau. Com objetivo de formar os professores da Educação Física, em 1986 foi criada **Escola Nacional de Educação Física e Desporto** (ENEFD) (SANHÁ, 2009, p.01).

Em 1982 com vontade de governo na época e a necessidade de quadros qualificados na administração pública foi aberta o Centro de Formação Administrativa – CENFA atual Escola Nacional de Administração-ENA, com objetivo de desenvolver competência na gestão das políticas públicas, promover a formação e a qualificação dos quadros com a missão de modernizar e tornar eficiente a administração pública, e hoje oferece o curso do nível médio e superior da contabilidade e da Administração.

Após quatro ano (em 1986), através da cooperação com Governo Cubano, surge um novo projeto para criação de Faculdade de Medicina, tendo como o principal objetivo dotar o país de quadros médicos nos diferentes sectores de saúde, uma vez que havia uma enorme demanda dos profissionais na área de saúde a nível nacional. Infelizmente no princípio dos anos 90, o projeto foi paralisado devido à dificuldade financeira, que só veio ser reativada em 2004, sendo a partir deste ano integrada nas estruturas da Universidade Amílcar Cabral (SANHÁ,2009).

De acordo com Sucuma,

Nos finais dos anos 90, as autoridades Bissau-guineenses começaram a reconhecer a necessidade de valorizar as capacidades nacionais no âmbito da formação, que passava necessariamente pela criação de uma capacidade nacional de formação e investigação, inserção de assistência técnica e valorização de recursos humanos na formação e viabilização de um programa de formação, organização e gestão do mercado de trabalho. Inclusive o Ministério da Educação incluiu no seu PlanoQuadro Nacional “Educação para o Desenvolvimento Humano” no país onde o ensino superior, a pesquisa e o desenvolvimento devem ocupar um espaço privilegiado, deixando de priorizar a formação no exterior como alternativa, sem, no entanto, oficializar a criação de uma universidade. Nesta perspectiva começou a germinar a primeira reflexão sobre um projeto que visava instituir uma Universidade na Guiné-Bissau desde os anos 80 até 90 proposto pelo Carlos Lopes, ex-Diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) (ARNALDO,2017, p.02).

Resumindo, na década 90, a necessidade imensa por parte de governo guineense de investir no ensino superior dentro do território nacional, a partir da criação das universidades dentro do país com intuito de capacitar os seus recursos humanos e diminuindo também assim a quantidade de guineenses que procuram realizar a formação superior no exterior e que muitas vezes não retornam ao país natal. Diante desse cenário, surge a iniciativas da criação da Universidade de Bissau (UNIBIS), quando em 1997 foi celebrado um protocolo de intenção entre o Ministério da Educação e a Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada, prevendo instalação da Lusíada em Bissau (ARNALDO,2017).

Segundo Sanhá,

Desde ano 1990 o país dispõe de uma Faculdade de Direito (FDB) que surgiu em resultado da cooperação da Faculdade de Direito de Lisboa com a Escola de Direito de Bissau, fundada em 1979, através do Decreto-lei n.º 22, de 27 de setembro. Em 1990 a Faculdade de Direito de Lisboa assumiu a assessoria científica e pedagógica na Escola de Direito que foi transformada em Faculdade de Direito de Bissau (SANHÁ, 2009, p.01).

Depois do conflito de 7 de junho 1998, um ano depois, por parte do Governo da Unidade Nacional, através do Decreto-Lei Nº 6/99 de 6 de dezembro de 1999 foi criada Universidade Amílcar Cabral (UAC) criada a Universidade Lusófona Amílcar Cabral (ULAC) em parceria com a Universidade Lusófona, que só veio funcionar no ano letivo 2003/04, era única universidade pública do país na época. Segundo Albert,

A Universidade Amílcar Cabral, única instituição universitária estatal da Guiné-Bissau contava, em princípio, com onze (11) cursos de licenciatura, a saber: Economia, Administração e Gestão de Empresas; Gestão de Recursos Humanos; Engenharia Informática; Enfermagem Superior; Serviço Social, Sociologia, Comunicação Organizacional e Jornalismo; Medicina; Ciências da Educação sendo extinto o curso de Arquitetura em 2007. (SANHÁ, 2009, p.01).

Em cima dos esforços feitos pelo governo guineense supracitada, pode-se concluir que, a institucionalização do ensino superior na Guiné-Bissau constitui uma necessidade urgente que possa permitir que cidadãos guineenses tenham a possibilidade de ter um ensino superior no seu próprio país, minimizando fuga de cidadãos guineense para exterior em busca da formação superior e que muitas vezes não retornam ao país natal, uma vez que isso poderá ter um efeito direto no processo do desenvolvimento do país.

7.3 DESAFIOS PARA O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU

Olhar os números relativos à Educação Superior na Guiné-Bissau, a oferta da educação superior é algo que não existe. Quando comparamos a situação de ensino superior na Guiné com a de outros países mais desenvolvidos, vemos que o acesso ao ensino superior é algo não consolidado, devido vários motivos, como falta de universidade pública, situação socioeconômica da população, rendas familiares e entre outros motivos.

Dentre tantos, os desafios a serem enfrentados pela educação superior da GuinéBissau, consistem em: formar cidadãos bem qualificados, com espírito nacionalista, com capacidade empreendedora, capazes de viver na diversidade, na democracia, respeitando o próximo, sabendo antecipar problemas e propor soluções, inovar e contribuir para promover o desenvolvimento sustentável do país. (SANI, 2014, P.21).

Frente a essa situação nós colocamos as seguintes questões: Será que o governo tem condição de ofertar educação superior para os seus cidadãos? Em caso afirmativo, ele tem vontade de investir e criar incentivo no ensino superior? Do ponto de vista da renda familiar, quem são as pessoas que merecem ter acesso ao ensino superior na Guiné-Bissau? Em relação ao gênero (no caso das meninas que, na maioria dos casos, são restringidas o acesso), que restrição ao acesso à educação e qual o efeito específico de cada uma delas?

Para melhor compreensão vou anexar um quadro sobre o processo seletivos dos estudantes Guineenses na Ceara, (2014 a 2018), que mostra a síntese dessa evolução, como mostra na tabela II.

Tabela 1 - presença das meninas no processo seletivo da UNILAB

Editais	Aprovados	Meninas	Meninos	Meninas BHU-CE	Meninos BHU-CE
2014	88	16	72	2	16
2015	109	43	66	18	34
2016	190	64	126	16	25
2017	128	43	85	9	19
2018	136	51	85	14	14

Fonte: adaptado de (UNILAB- editais 2014 a 2018) apud (Mané, 2021)

Os dados acima se referem ao quantitativo por gênero de estudantes no curso de bacharelado em humanidades (BHU) localizado nos campi do Ceará, na cidade de Acarape.

Quando os editais são lançados, há sempre demanda dos guineenses em participar dos processos seletivos; participação que inclui os meninos e as meninas, mas nota-se que de 2014 a 2018 houve mais números de aderência de homens do que das meninas, como podemos ver na tabela acima.

Maior Dotação Orçamentária para Educação: O Orçamento Geral do Estado (OGE) deve consagrar prioridade à educação. Pois, ao longo dos tempos, o montante disponibilizado para educação tem se resumido geralmente às despesas correntes, sem margem para grandes investimentos que comporta este nível do ensino. Vimos anteriormente que o país é considerado um dos que pouco investe na educação em relação a outros países da sub-região africana. • Formação Docente e Melhores Infraestruturas de Formação: A formação docente é um dos problemas a serem enfrentados, em especial, na educação superior. A falta de qualificação de docentes que atuam nas IFS gera graves consequências para o aprendizado dos alunos e do futuro do país. Nesta condição, o Estado, a sociedade civil e as ONGs devem trabalhar para elevação do nível acadêmico aos docentes das IFS para pudermos ter professores a altura de corresponder com as exigências do ensino superior. (SANI, 2014, P.21).

Todavia, a necessidade urgente no momento de responder em terreno de todos os setores administrativos, principalmente da educação, de expandir as redes escolares que vai permitir acesso à educação a todos os guineenses. O governo guineense deveria colocar a educação como prioridade das prioridades, criar o novo sistema de educação de acordo com a realidade social deste país. Porque o sistema educativo Guineense é muito frágil do ponto de vista do ensino, da pesquisa e extensão.

Portanto, a realidade da educação superior faz crer em um futuro encorajador no que se refere ao número das instituições de ensino. Mesmo com as dificuldades de pagamento das taxas de inscrição e das mensalidades cobradas, tem havido a cada ano um número crescente de jovens com interesse em continuar os estudos superiores. (SANI, 2014, p.11).

Para analisar as possibilidades de expansão do acesso a esse segmento do ensino, é preciso levar em conta não apenas os requisitos educacionais formais necessários para o acesso como também o desempenho educacional apresentado por alunos. Mas sim, levar também em consideração as questões acima levantadas, como gênero, perfil socioeconômico, O atraso escolar sendo, portanto, é uma das restrições de acesso de aluno (as) guineense ao ensino superior, situação geográfica (pessoas do interior do país, uma vez que, todas universidades ficam na capital), investimento no setor da educação superior e falta de infraestrutura qualificada nas instalações de ensino superior.

Após a Independência, em 1974, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) tentou disseminar a educação no país, oportunizando o acesso à escola aos guineenses. Todavia, o país deparava-se com graves problemas, como: falta de professores, materiais didáticos, infraestruturas escolares, as sucessivas greves dos professores, exigindo as melhores condições de qualidade de vida no trabalho e permanente instabilidade político-militar que acabaram tornando muito fraco o nosso sistema de ensino. Nessa direção, afirma Augel (2007, p.72-73), “O número de professores com uma formação pedagógica e acadêmica é mínimo, predominando professores leigos e com um precário preparo. O país não conta até hoje com nenhuma livraria”. (SANI, 2014, p.17).

E difícil falar dos professores sem mencionar o salário baixo e atrasado que são pagos, mesmo sabendo que em toda sociedade não existe um médico ou advogada sem um professor na frente, as vezes o mau funcionamento das aulas, alunos formados com dificuldades, também são consequência ou fracasso dos professores que ganham um salário miserável, existe muitos professores guineenses que não podem pagar um curso médio para os seus filhos, isso acaba prejudicando o desenvolvimento do ensino.

Acesso à educação superior: Não obstante a cobrança feita quer de matrícula, quer das mensalidades praticadas em algumas instituições de formação pública do país, a procura do ingresso nas IFS tem aumentado gradualmente, como mostra Augel (2009, p.144). PAES (2010, p.9) revela uma situação desfavorável do país, em termos de acesso à educação superior, em relação a outros estados membros da UEMOA (União Econômica Monetária Oeste Africana). • **Infraestruturas de formação:** O país tem se deparado com problemas de infraestruturas, visto que é evidente falta de salas de aulas, carteiras, quadros giz e outros, sem contar com a crônica irregularidade de fornecimento de corrente elétrica nas instituições de formação. Assim sendo, por um lado, muitas instituições alegam, entre outros problemas, receber maior número de estudantes por falta de salas equipadas e, por outro lado, as instituições que se arriscam a receber maior número de estudantes, acabam constituindo turmas de alunos fora de controle pedagógico do professor. (SANI, 2014, p.20).

Deste modo, apesar da educação superior estar assumindo uma identidade “esquisita” devido à crise que jamais havia enfrentado e que hoje muda radicalmente as suas perspectivas tradicionais, ela ainda se apresenta como um ensino pós-secundário e precisa de uma base. O ensino superior capacita a sociedade permitindo-lhe assegurar as capacidades de saber lidar e resolver problemas que garantem a aprendizagem e desenvolvimento de cidadãos éticos.

7.4 IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE EQUIDADE E IGUALDADE DE GÊNEROS

Antes de aprofundarmos na implementação e promoção das políticas educacionais de igualdade de gêneros que consiste em oferecer o mesmo tratamento e oportunidade para todos, e equidade, que garante que todos sejam tratados com justiça eliminando fatores que causam

diferença. Vamos trazer os conceitos de gênero que alguns autores definem, e, também, vamos conceitualizar a equidade e igualdade de gêneros.

De acordo com Roque e Negrão (2009) o gênero não é sinônimo de mulher, mas as normas e valores são transmitidos para a classificação da mulher.

Gênero não é sinônimo de mulheres ou de igualdade, refere-se aos papéis masculino e femininos que são determinados e aprendidos durante o processo de socialização dos indivíduos. Este processo ocorre desde a nascença e consiste na aprendizagem de normas, valores, regras e comportamentos que passam a adotar e a considerar como “normais”. Estas normas e valores são transmitidos de forma direta ou indireta, através de ensinamentos ou pela observação dos pais, familiares, membros da comunidade, na escola, etc. (ROQUE; NEGRÃO, 2009, p.07).

Muitos em nossa sociedade associam as mulheres com o gênero, demonstrando que é um problema de mulher. Segundo Oyèwùmí (2004), o “gênero é antes de tudo uma construção sociocultural”. O relatório Fala de Mindjer também definem o mesmo conceito de que “o gênero é uma construção social que define socialmente os homens e as mulheres, ou seja, o seu comportamento e a sua determinada função na sociedade” (FALA DI MINDJER, 2018, p.34).

Já para o Baticã (2015), as “Características de gênero são moldadas por relações sociais, mudam com o tempo e variam de sociedade em sociedade”, deferentes sociedades acompanham a evolução de conceito gênero, e ele sofre mudança. Ainda,

Baticã afirma que,

Na Guiné-Bissau, observa-se de forma evidente desigualdades estruturais entre os homens e as mulheres, meninas e rapazes, ditadas pelo contexto sociocultural e económico e por circunstâncias sociais e políticas específicas, que colocam as mulheres em situação de desvantagem, com um fraco exercício para desenvolverem o seu pleno potencial e gozar dos seus direitos humanos (BATICA, 2015, p.05).

Essas estruturas desiguais criadas na nossa sociedade afetam e colocam muitas mulheres e meninas em dificuldade de desenvolver, e de querer estar no lugar de destaque dentro da sociedade, limitando a sua capacidade de se desenvolver como ser humano.

Segundo Baticã (2015), a “Equidade de gênero significa conceder oportunidades iguais para mulheres e homens, meninas e meninos para desenvolver o seu potencial” (BATICA, 2015, p.10). A equidade de gênero não significa garantir igualdade de oportunidade entre os gêneros, mas reconhecer e valorizar a contribuição social e cultural entre os ambos os sexos, ainda, o mesmo autor afirma que “Para garantir a equidade, as medidas são postas em prática para enfrentar a discriminação social ou histórica e desvantagens enfrentadas pelas meninas em relação aos meninos”, para que todos sejam representados.

No que concerne à igualdade de gênero, Baticã (2015) assevera o seguinte:

Igualdade de gênero significa que mulheres e homens, meninas e meninos devem desfrutar do mesmo status na sociedade; gozam dos mesmos direitos e oportunidades; o mesmo nível de respeito na comunidade podendo então aproveitar as mesmas oportunidades de fazer escolhas sobre suas vidas, e têm o mesmo poder de moldar os resultados dessas escolhas (Bati, 2015, p.10).

Promover a igualdade de gênero não significa que as mulheres e homens, meninas e meninos sejam iguais, eles têm necessidades diferentes, mas que os ambos possam desfrutar das mesmas oportunidades em diferentes camadas e esferas da sociedade e do país, como defende a constituição nos seus artigos 24 e 25, que todos são iguais perante a lei, e gozam os mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres em todo o domínio da vida social, econômica, política e cultural sem distinção de raça ou qualquer tipo de discriminação. Como defende a constituição,

ARTIGO 24° Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica. ARTIGO 25° O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, econômica, social e cultural (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA GUINÉ-BISSAU, 1996, p04).

Na constituição e em outros documentos do país e de organização nas quais o país está inserido, como as Nações Unidas (UN) e outros, eles defendem a igualdade de direitos e oportunidades para ambos os sexos para o desenvolvimento humano, mas na Guiné-Bissau esses direitos são frequentemente violados, proibindo o crescimento de muitas meninas e mulheres de exercerem os seus direitos humanos e constitucionais. Devemos praticar o discurso mais igualitário e lutar para que as meninas possam gozar dos seus direitos.

As políticas educacionais de equidade e igualdade de gêneros (PNIEG) foram elaboradas em 2012, possui dois (2) objetivos principais, doze (12) objetivos específicos e prevê cumprimento de oito (8) eixos específicos e regionais. Segundo o relatório Fala de Mindjer, que significa *as vozes das mulheres, publicado em março de 2018, por um grupo de mulheres que apresenta esses eixos que,

Prevê o cumprimento de oito (8) eixos, a saber: Transversalização da dimensão da igualdade de gênero; Implementação legislativa e jurídica de modo a aperfeiçoar o quadro legal e jurídico do país com vista à realização da Igualdade e Equidade de Gênero e dos Direitos Humanos das mulheres; Políticas setoriais sensíveis ao gênero; Promoção da mulher na administração pública; Empedramento econômico feminino;

Combate à VBG - Prevenir e combater todas as formas de violência e tráfico contra as mulheres e raparigas; Participação feminina nas esferas de tomada de decisão; e Produção e divulgação de dados sobre Igualdade e Equidade do Género (FALA DI MINDJER, 2018, p.35).

Em 2012 estava a ser discutido a sua aprovação pelo conselho de ministro e sua implementação em todas as esferas social, econômica, político e cultural do país, mas com o golpe de estado que aconteceu em 12 de abril do mesmo ano, o estado se viu obrigado a adiar mais uma vez aquilo que era muito importante para a sociedade guineense. Para os elaboradores da política nacional de equidade de gênero (PNIEG), o golpe não só impediu a aprovação e implementação, mas,

O Golpe de Estado 12 de Abril de 2012, para além de abalar as tentativas de estabilização do país, determinou a não adoção orçamental à implementação da PNIEG-I devido às sanções aplicadas em consequência dessa ação subversiva, algo que teve implicações diretas no funcionamento institucional da entidade mandata para pilotar a implementação da política, bem como a capacidade operacional da Equipa Técnica Nacional constituída para o efeito, resultante da suspensão dos programas de cooperação internacional, repercutindo-se diretamente em não execução objetiva da PNIEG (PNIEG, 2017, p.10)

O golpe e sanção comprometeram o funcionamento de política nacional de equidade de gênero (PNIEG) e adiaram a sua aprovação que só veio a ser aprovada pelo Conselho de Ministros, em 4 de novembro de 2017, e prevê entre o ano 2016-2025 os cumprimentos de todos os seus objetivos e eixos regionais. A sua implementação está sendo muito lenta, devido à crise política que assola o país, mas com uma boa mobilização de recursos humanos qualificados e financeiros os objetivos podem ser atingidos. Com o engajamento de todos os parceiros, na mobilização de descolonização de mente da sociedade guineense e participação das mulheres em todos os níveis sociais, econômicos, políticos e culturais, uma passagem de um estado de exclusão a um estado de inclusão, possamos ter uma sociedade, um país mais igualitário, e a oportunidades para todos.

Com tudo, as mulheres continuam unidas e lutando dia após dia, construindo sendo cinco (5) mulheres que fazem parte de diferentes associações como Associação das Mulheres de Atividade Econômica (AMAE), Associação BAMBARAM, Movimento Mindjeris Nô Lanta (MIGUILAN), organização de mulheres guineenses na Guiné-Bissau e na diáspora, e Associação Mindjer i ka Tambur (MIKAT), que defendem a igualdade e equidade, essas associações visam contribuir para que haja mais mulheres nos espaços de tomada de decisões e na diminuição da desigualdade de gênero no país.

7.5 AS CAUSAS DE DESIGUALDADE E EVASÃO ESCOLAR FEMININA NA GUINÉ-BISSAU.

A igualdade entre os gêneros está garantida na constituição da República da Guiné Bissau, nos seus artigos 24 e 25, que todos são iguais, e gozam dos mesmos deveres, e leis, sem distinção de raça, sexo, de qualquer nível ou crenças e em todo o domínio da vida.

ARTIGO 24° Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica. ARTIGO 25° O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 1996, p.04)

Essas leis estão garantidas pela constituição e devem ser respeitadas por todos, sem distinção de qualquer tipo ou forma de violação desses direitos. Mesmo tendo as desigualdades estruturais entre os gêneros que são muito evidentes a situação sociocultural e económica afetam muitas meninas na nossa sociedade, como afirma Baticã,

Na Guiné-Bissau, observa-se de forma evidente desigualdades estruturais entre os homens e as mulheres, meninas e rapazes, ditadas pelo contexto sociocultural e económico e por circunstâncias sociais e políticas específicas, que colocam as mulheres em situação de desvantagem, com um fraco exercício para desenvolverem o seu pleno potencial e gozar dos seus direitos humanos (BATICÃ, 2015, p.05).

A situação sociocultural, económico, social, política e os estereótipos criados pela nossa sociedade afetam muito as mulheres e as meninas, impede-os de se desenvolverem, porque vem sempre com o discurso como “cuzinha ki mindjer”, trazido por Vieira Té (2018), que significa “cozinhar lhe torna mulher”, em muitos dos lares são usados para as mulheres e meninas, isso diminui a autoestima de muitos.

A evasão escolar feminina é motivada por muitas causas, vamos trazer aqui algumas causas destacadas por autores, Segundo Baticã, (2015) ele aponta os estereótipos de gênero e preconceito como uma das causas de evasão escolar feminina, ele afirma que “Os estereótipos de género afetam a realização de direitos assim como podem prender meninas e meninos em comportamentos que os impedem de desenvolver todo o seu potencial” (p.17), esse mal está muito ativo na nossa sociedade, onde tem muita divisão de tarefas, coisas de lazer e entre outros, que afeta muito as mulheres e meninas. O mesmo autor ainda afirma que todos nós, podemos lutar para combater os estereótipos, consciencializando, explicando, adaptando o comportamento e o discurso igualitário.

Todos nós podemos desafiar os estereótipos de gênero, tomando consciência de como podemos estar perpetuando estes estereótipos; aumentando a consciencialização sobre seu efeito em nossas vidas; explicando que eles não refletem a verdade e adotando comportamentos de gênero igualitários (BATICÃ, 2015, p.07).

Adotando esses valores, podemos construir uma sociedade mais igualitária, onde todos podem gozar dos seus direitos e deveres, de acordo com princípios de cada sociedade. O modo, a forma de educar as filhas/os na nossa sociedade, atribuiu a cada sexo o seu espaço, limitando a mulher de crescer, de ocupar os espaços.

Desde a tenra idade, a família, instituição primeira do indivíduo, educa as crianças dentro de um padrão social que espelha o “interesse” atribuído a cada um dos sexos no seio da família e na comunidade. Assim, aos rapazes são inculcados o sentido de liderança e coragem para enfrentar e superar as adversidades enquanto às raparigas é valorizado o sentido de obediência, submissão e zelo. Esta prática não favorece às meninas e mulheres o desenvolvimento da autoestima, uma vez que lhes são inculcadas a submissão aos homens. A expressão comumente utilizada desta prática é: “homem não chora; mulher é sofredora” (FALA DE MINDJER, 2018, p.45).

Essas práticas discriminatórias que a nossa sociedade tem, não ajuda o crescimento de muitas meninas. “O menino é ensinado a ser líder, a mandar enquanto a menina é educada a ser submissa, a aceitar e a acatar, [...]” (MINDJER, 2018), na ausência dos pais, o menino é quem lidera a casa, ele é mais confiável, essas práticas dominaram e continuam a dominar a nossa sociedade, impedindo as meninas de se desenvolverem, porque elas são vistas como incapazes, submissas e fracas, elas são fortes apenas para fazer os trabalhos domésticos.

Outrossim, o relatório Fala de Mindjer aponta o casamento forçado e a gravidez precoce como causas da evasão escolar feminina,

[...] a maternidade precoce, considerada uma desonra para a família, pois exerce uma influência negativa na instrução e formação das raparigas. Assim, os pais, para preservarem a honra da família, interrompem a formação das suas filhas para dá-las em casamento, mesmo que gostassem de a ver formada (FALA DE MINDJER, 2018, p.46).

Muitas famílias, por preservarem sua honra, toma frequentemente a decisão de dar em casamento as suas filhas, preferem velas elas casadas, do que desonrar a sua família. Numa declaração no mesmo relatório um pai afirma que, “Eu tenho medo de ver a minha filha grávida, por isso mesmo com dez anos, se ela conseguir um homem, eu dou-lhe em casamento” (MINDJER, 2018). Muitas das decisões sobre o futuro das meninas são tomadas por pais ou a família, muitas das mulheres e meninas não podem decidir por suas vidas. Os pais preferem

guardar a honra da família do que ver as filhas formadas e independentes, porque eles vão ter o marido, e ele vai cuidar de tudo e de todos.

Ainda, o mesmo relatório aponta que a responsabilidade sobre gravidez é atribuída a mulher “prática injusta e discriminatória contra as meninas que sozinhas sofrem as consequências da gravidez”, assumindo o problema e a consequência recai sobre ela sozinha, ela tem que deixar a escola para se casar, ela tem que cuidar do filho e do marido.

A mulher guineense desde a tenra idade é educada a ver o casamento como solução para seus problemas, impossibilitando de desenvolver o seu potencial ou de exercer o seu direito humano e constitucional, limitando-o de querer desenvolver a sua capacidade educacional. “Ao longo da sua vida, a mulher guineense é educada e preparada para o casamento, fazendo disso o seu objetivo primário. Para um bom cumprimento dessa função, ela muito cedo é ensinada a ser submissa e acreditar que precisa de alguém para tomar conta dela” (MINDJER, 2018, p.47).

Nessa ideia, muitas meninas e mulheres têm e veem o casamento como solução para suas vidas, porque ela é educada a ver isso assim, limitando o seu crescimento humano. Em muitas famílias a formação de uma menina vai depender muito da sua família, dependendo de nível social da família que ela pertence. Segundo o relatório,

A formação das raparigas depende muito da importância que a família atribui ou não ao casamento, em detrimento da formação e emancipação da mulher. Quanto maior for a identificação da família com o idealismo social dominante, “mulher é em casa” menor será a probabilidade da escolarização da rapariga e prosseguimento da formação (MINDJER, 2018, p.46).

Em sociedade guineense a família é muito importante, e tem muita contribuição na formação de um indivíduo dentro da sociedade, muitas das vezes a sua formação como pessoa e como profissional vai ter muito traço da sua família.

O fator econômico e a descentralização do ensino superior do capital para as regiões do país, também são causas de evasão escolar feminina. O relatório sobre situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau aponta que “As crianças provenientes de famílias mais abastadas têm 90% de possibilidades de aceder à escola, enquanto que aquelas originárias de famílias mais pobres têm apenas 65%. Estas disparidades manifestam-se mais quando se progredem para os níveis mais elevados do ensino” (LGDH, 2010/2012, p.65). A situação de pobreza no país, afeta muito a educação, e a falta de universidade pública deixa muita família a optar por mandar os meninos para a escola, sacrificando a menina que se acredita “não pertencer à família” porque um dia irá casar e deixar o lar para pertencer outra família”

Fala de Mindjer (2018), esse discurso deixa muitas meninas fora do ensino superior, porque acreditam que elas não precisam estudar muito.

A disparidade, os estereótipos, a situação econômica, e muitos outros fatores que afetam a educação de mulheres e meninas guineenses, afeta muito a educação delas, e o índice de analfabetismo continua aumentando.

Os dados estatísticos sobre a situação das mulheres em diversos setores são alarmantes, senão vejamos: 56,28% da população adulta é analfabeta dentre as quais 64,12% são mulheres, e em termos da idade de frequentar a Escola Secundária encontram-se 27,3% dos rapazes e 19,9% raparigas (LGDH, 2010/2012, p. 27).

A situação de pobreza nos agregados familiares afeta muitas meninas, deixando muitas delas fora do ensino superior, usando o discurso “que o lugar da mulher é em casa, ajudando a mãe nos trabalhos domésticos”, esses discursos afetam muitas mulheres e meninas.

Quanto à descentralização de ensino superior para as regiões do país. A formação das meninas e mulheres depende muito disso porque os estereótipos criados na nossa sociedade, muitas meninas têm dificuldade de deslocar para o capital para continuar os estudos, e consideram que a escolarização de meninas não é importante, como ressalta o relatório Fala di Mindjer (2018), “a grande maioria das famílias guineenses ainda considera que a escolarização das jovens raparigas não é tida como primordial comparada à dos rapazes”, pondo barreira e limitação em capacidades das meninas.

Enquanto isso, a tese da Mandau (2015), nos traz muitos relatos sobre as causas da invasão escolar das ex-aluna de internato de Bor Frantz Fanon. Muitas mulheres adolescentes e jovens são obrigadas a abandonar a escola por causa do casamento precoce. E como havia sido retiradas da escola, como no caso da menina (Tchiffoda), cujo pai não conseguia convencer os responsáveis do internato e recorreu a outro meio, mandando outra pessoa para ir mentir que a menina ia fazer só uma cerimônia importante e retornaria em alguns dias e depois disso a menina nunca mais retornou para internato.

Os fatos testemunhados aqui levam-nos a refletir e a inquirir ao mesmo tempo: “Quantas crianças, ou adolescentes, talvez tivessem sido vítimas dessa prática cultural na Guiné-Bissau?” Se aquelas as meninas que estavam sob a proteção do Estado, no internato, corriam o risco de ser retiradas pelas famílias, imagine como lidavam com essa situação as que moravam com os pais, ou outros parentes, e estudavam nos colégios normais. É importante refletir-se nessa questão, porque pode contribuir com o elevado índice de evasões escolares assinaladas em vários documentos do Ministério da Educação da Guiné-Bissau. Essa dúvida talvez possa vir a ser desvendada por meio de uma investigação. (MANDAU, 2015, P. 217).

Mesmo com recursos limitados e não consideração da capacidade de meninas de poder ocupar um espaço a nível de formação elevada, elas ainda precisam de apoio de muitos autores educacionais “para romperem as barreiras tradicionais e acordarem o mesmo grau de importância a ambos os sexos no acesso à formação, distribuição igualitária dos deveres em casa e na promoção da participação e autoafirmação das meninas nos diferentes lugares na comunidade”, e com a descentralização do ensino superior nas regiões, muitas famílias, vão poder apostar na educação das filhas, sem que elas possam deslocar a procura da formação. Segundo a autora: “O combate a essa prática se torna cada vez mais difícil, pois se confunde com a vontade de escolha e as vivências culturais. Na Guiné-Bissau, por enquanto, as opiniões se dividem quanto ao assunto” (P.218).

7.6 IMPLEMENTAÇÃO E PROMOÇÃO DAS AÇÕES IMPORTANTES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE EQUIDADE E IGUALDADE DE GÊNERO.

Antes de aprofundarmos na implementação e promoção das políticas educacionais de equidade e igualdade de gêneros, vamos trazer os conceitos sobre gênero que alguns autores definem, e também vamos conceitualizar a equidade e igualdade de gêneros. De acordo com Roque e Negrão (2009) o gênero não é sinônimo de mulher, mas as normas e valores são transmitidos para a classificação da mulher.

Gênero não é sinônimo de mulheres ou de igualdade, refere-se aos papéis masculino e feminino que são determinados e aprendidos durante o processo de socialização dos indivíduos. Este processo ocorre desde a nascença e consiste na aprendizagem de normas, valores, regras e comportamentos que passam a adoptar e a considerar como “normais”. Estas normas e valores são transmitidos de forma direta ou indireta, através de ensinamentos ou pela observação dos pais, familiares, membros da comunidade, na escola, etc. (ROQUE; NEGRÃO, 2009, p.07).

A autora Oyewuime apresenta uma significação do gênero contestando o modelo social definida a partir do euro-americano do que se refere ao gênero, o ato generalizante de que o modelo familiar ocidental, este nuclear atende ao universal, constitui a ambiguidade do sentido pois, em diferenciação existem sociedades onde sua organização assim como sua construção social de divisão social não direciona na questão de gênero, diante disso a autora apresenta a realidade dos povos Yorubà. O tipo familiar desta sociedade é não-genérica para constituir uma família nuclear, para ela, essa organização se formou cultural a partir da sua

realidade sócio histórico naquilo que é da sua antiguidade ou desde os antepassados. Referenciada por palavras em Yorubà o *egbon*, significa irmã mais velha e o aburro irmão mais novo.

Segundo BATIÇÃ (2015), a “Equidade de género significa conceder oportunidades iguais para mulheres e homens, meninas e meninos para desenvolver o seu potencial” (BATIÇÃ, 2015, p.10). A equidade de gênero não significa garantir igualdade de oportunidade entre os gêneros, mas reconhecer e valorizar a contribuição social e cultural para ambos os sexos, ainda o mesmo autor afirma que “Para garantir a equidade, as medidas são postas em prática para enfrentar a discriminação social ou histórica e desvantagens enfrentadas pelas meninas em relação aos meninos”, para que todos sejam representados.

Para o Batiçã (2015)

A Igualdade de género significa que mulheres e homens, meninas e meninos devem desfrutar do mesmo status na sociedade; gozam dos mesmos direitos e oportunidades; o mesmo nível de respeito na comunidade podendo então aproveitar as mesmas oportunidades de fazer escolhas sobre suas vidas, e têm o mesmo poder de moldar os resultados dessas escolhas (BATIÇÃ, 2015, p.10).

Promover a igualdade de género, não significa que as mulheres e homens, meninas e meninos sejam iguais, eles têm a necessidade deferente, mas que os ambos possam disfrutar a mesma oportunidades em deferentes camadas e esferas na sociedade e do país como defende a constituição, no seus artigos 24 e 25, que todos são iguais perante a lei, e gozam os mesmo direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres em todo o domínio da vida social, econômica, política e cultural sem distinção de raça ou qualquer tipo de discriminação.

Como defende a constituição,

ARTIGO 24° Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica. ARTIGO 25° O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, econômica, social e cultural (CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA GUINÉ-BISSAU, 1996, p04).

Na constituição e em outros documentos do país e de organização que país está inserido, como a Nações Unidas (UN) e outros, eles defendem a igualdade de direitos e oportunidades para ambos os sexos para o desenvolvimento humano, mas na Guiné-Bissau muitas das vezes esses direitos são violados, proibindo o crescimento de muitas meninas e

mulheres, impedindo-as de exercer os seus direitos humanos e constitucionais. Devemos praticar o discurso mais igualitário e lutar para que as meninas possam gozar dos seus direitos.

A política educacional de equidade e igualdade de gêneros (PNIEG), foi elaborada em 2012, possui dois (2) objetivos principais, doze (12) objetivos específicos e prevê cumprimento de oito (8) eixos específicos e regionais. Segundo o relatório Fala de Mindjer, que apresenta esses eixos que,

Prevê o cumprimento de oito (8) eixos, a saber: Transversalização da dimensão da igualdade de género; Implementação legislativa e jurídica de modo a aperfeiçoar o quadro legal e jurídico do país com vista à realização da Igualdade e Equidade de Género e dos Direitos Humanos das mulheres; Políticas setoriais sensíveis ao género; Promoção da mulher na administração pública; Empoderamento económico feminino; Combate à VBG - Prevenir e combater todas as formas de violência e tráfico contra as mulheres e raparigas; Participação feminina nas esferas de tomada de decisão; e Produção e divulgação de dados sobre Igualdade e Equidade do Género (FALA DI MINDJER, 2018, p.35).

Em 2012 estava a ser discutido a sua aprovação pelo conselho de ministro e sua implementação em todas as esferas sociais, econômica, político e cultural do país, mas com o golpe de estado que aconteceu em 12 de abril de mesmo ano, o estado se viu obrigado a adiar mais uma vez aquilo que era muito importante para a sociedade guineense. Para os elaboradores da PNIEG, o golpe não só impediu a aprovação e implementação, mas,

O Golpe de Estado 12 de Abril de 2012, para além de abalar as tentativas de estabilização do país, determinou a não adopção orçamental à implementação da PNIEG-I devido às sanções aplicadas em consequência dessa ação subversiva, algo que teve implicações diretas no funcionamento institucional da entidade mandata para pilotar a implementação da política, bem como a capacidade operacional da Equipa Técnica Nacional constituída para o efeito, resultante da suspensão dos programas de cooperação internacional, repercutindo-se diretamente em não execução objetiva da PNIEG (PNIEG, 2017, p.10)

O golpe e sanção comprometeram o funcionamento de PNIEG e adiaram a sua aprovação que só veio a ser aprovada pelo Conselho de Ministros, em 4 de novembro de 2017, e prevê entre o ano 2016-2025 os cumprimentos dos todos os seus objetivos e eixos regionais. A sua implementação está sendo muito lenta, devido à crise política que assola o país, mas com uma boa mobilização de recursos humanos qualificados e financeiros os objetivos podem ser atingidos. Com o engajamento de todos os parceiros, na mobilização de descolonização da mente da sociedade guineense e participação das mulheres em todos os níveis sociais,

econômicos, políticos e culturas, uma passagem de um estado de exclusão a um estado de inclusão, possamos ter uma sociedade, um país mais igualitário, e a oportunidades para todos.

8 METODOLOGIA

A “metodologia é entendida aqui como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades” (DEMO, 1989, p.28), assim o autor acima citado propõe a metodologia como um estudo dos caminhos para se chegar a um determinado fim.

O presente projeto é elaborado com a abordagem qualitativa. Segundo Engel, “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização” (ENGEL, 2009, P.31). Segundo Alonso (2006), ele procura apontar as dificuldades e analisar mais os fenômenos sociais, com seus experimentos em laboratório. "Os que preferem as metodologias qualitativas apontam a dificuldade de isolar os fenômenos sociais para analisá-los, à maneira dos cientistas naturais com seus experimentos em laboratório" (ALONSO, 2016, P.08).

Nele utilizaremos o método documental em que analisaremos documentos produzidos na Guiné-Bissau, por organizações não governamentais que atuam no país, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância UNICEF, entre outras que abordam questões relacionadas à temática a ser abordada por este projeto. "Pesquisa documental, é aquela pesquisa que vai utilizar o documento como fonte de coletas de dados, vai coletar dados de documentos para poder analisar e responder um problema de pesquisa" (PIANA, 2009, p.124).

Também utilizaremos o método bibliográfico, a partir do qual analisaremos livros, teses, monografias, dissertações e artigos já publicados sobre o tema a ser abordado.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32. Apud Engel, Tolfo, 2009, p.37).

Por fim, faremos uma pesquisa de campo que será desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas e por meio de perguntas. Serão entrevistadas mulheres que já foram afetadas por um dos fatores que fez com que houvesse desistência no ensino superior, que tenham entre 20 a 35 anos, sendo cinco (5) mulheres que fazem parte de diferentes associações como Associação das Mulheres de Atividade Econômica (AMAE), Associação BAMBARAM e Associação Mimdjer i ka Tambur (MIKAT), que defendem a igualdade e equidade. As entrevistas serão embasadas nos seguintes tópicos: (1) motivos da evasão escolar; (2) E a 1 da família a obter acesso ao ensino superior; (3) quais são os desafios enfrentados em relação aos estudos na Guiné Bissau e no Brasil; (4) desejo de retorno à escola.

Segundo Piana (2009, p.13), “pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada”. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir.

Pesquisa de campo dá para perceber que é científica, que obriga a gente a ir ao campo para confrontar ou debater de frente com a teoria e a prática, para busca de condição de alguém, evidência para que possa colaborar, porque quando vamos ao campo, é para buscar informações e conhecimento que está relacionada com o problema que estamos a pesquisar para o nosso trabalho, porque é ali que vamos organizar todos os textos que já lemos para realizar a nossa pesquisa de campo.

Em relação aos seus objetivos, a pesquisa caracteriza-se como explicativa e descritiva. Explicativa porque estabelece relação, procura colocar causas, consequência de fatores e desafios enfrentados pelas meninas guineenses no acesso ao ensino superior, através da desigualdade do gênero no ensino guineense, e descritiva uma vez que trazem os dados, números da evasão escolar das meninas no ensino superior, no período de 2000 a 2016. Sendo que o critério a ser utilizado para a análise de dados e o processo de triangulação em que são colocados em diálogo às entrevistas, os documentos e a bibliografia analisada na pesquisa.

Com base nos dados obtidos através dos autores e das autoras que pesquisam sobre a temática, e por meio das respostas das entrevistadas, procuraremos entender as providências tomadas no sistema educativo, sobretudo os que se tratam das questões fundamentais que se levantam na área da igualdade de oportunidade da equidade, da distribuição das redes escolares e do acesso à educação. Assim, analisaremos as características e a importância deste fenômeno,

centralizando-nos principalmente na evolução das políticas educativas e do seu impacto no contexto guineense.

9 CRONOGRAMA

A tabela abaixo apresenta a distribuição das atividades da pesquisa no tempo (De setembro de 2021 a fevereiro de 2022):

Tabela 3-Cronograma de atividades TCCI

ATIVIDADES	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV
Escolha do tema e do orientador		x				
Encontros com o orientador						X
Pesquisa bibliográfica preliminar	x					
Leituras e elaboração de resumos		x	x			
Elaboração do projeto			x			
Entrega do projeto de pesquisa				x		
Revisão bibliográfica complementar			x			
Coleta de dados complementares				x		
Redação da monografia				x		
Revisão e entrega oficial do trabalho					x	

Fonte: do autor, 2022

Tabela 3-Cronograma de atividades TCCII

ATIVIDADES	A GO	SET	OUT	NOV	MAR	ABR	MAI	JUN
Escolha do tema e do orientador	x							
Encontros com o orientador		x						
Pesquisa bibliográfica preliminar		x	x	x				
Leituras e elaboração de resumos	x		x	x				
Elaboração do projeto	x	x	x					
Entrega do projeto de pesquisa								
Revisão bibliográfica complementar								
Coleta de dados complementares		x						
Redação da monografia			x					
Revisão e entrega oficial do trabalho			x					
Apresentação o do trabalho em banca								x

Fonte: do autor, 2022

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela *et al.* de. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo**. Sesc São, 2016.

BATICÃ, Hélder Duarte. **Manual de Igualdade e Equidade de Gênero**. Programa de Formação Avançada para ANEs. UE-PAANE – Programa de Apoio aos Atores Não Estatais “Nô Pintcha Pa Dizinvovimentu”, 2015.

BOLONHA, Ludmila Melo da Costa. **O papel das mulheres no combate à insegurança alimentar: um estudo de caso na sociedade Felupe da Guiné-Bissau**. Dissertação (Mestrado), 2013.

CÁ, Cristina Mandau Ocuni. **Formação feminina no Internato de Bor (1933-2011) na Guiné-Bissau: reflexos na educação da sociedade guineense contemporânea**. 2015.

CABRAL, Frederico Matos Alves. **A Educação Superior na Guiné-Bissau: desafios e perspectivas**. XII Salão de Iniciação Científica PUCRS, p.02, 2011.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Disponível em: https://www.stj.pt/wpcontent/uploads/2018/01/guine_constituicao.pdf. Acesso em: 24/11/2021.

SANTOS, Gilson Graciano dos. **Amílcar Cabral: concepções educacionais em Guiné-Bissau (1965-1974)**. 2019.

DJALÓ, Mamadú. **A Interferência do Banco Mundial na Guiné-Bissau: A Dimensão da Educação Básica-1980-2005**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92590>. Acesso em: 20 outubro 2021.

DOS DIREITOS HUMANOS, Liga Guineense. **Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2010/2012. Recuperado em**, v. 4, 2010/2012.

FALA DE MINDJER, as vozes das mulheres. **Além da pressão social e das barreiras institucionais: o papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau**. Interpeace, março de 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel *et al.* **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GOMES, Peti Mama; MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **OS DESAFIOS DA LEI DE PARIDADE NA SUA DIMENSÃO SOCIAL E POLÍTICA. Cadernos de África Contemporânea**, v. 3, n. 6, p. 146-156, 2020.

MANÉ, Gomes Nadia Aminata. **O processo seletivo da Unilab para estudantes estrangeiros: o caso dos estudantes guineenses no campus ceara, editais 2014 a 2018**. Redenção, Ce (s.n), 2021.

MARTINS, Heloísa Helena T. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e pesquisa, v. 30, p. 289-300, 2004.

MENDES, Hipólito. **Mindjeris di Guiné-Bissau tené balur**. 2016.

PIANA, Maria Cristina. **Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam**. Serviço Social & Realidade, p. 182-206, 2009.

POLÍTICA NACIONAL DE IGUALDADE E EQUIDADE DE GÊNERO –II (Revisão da PNIEG II), 2017.

ROQUE, Silvia; NEGRÃO, Sara. Mulheres e violências. **Combater a violência: proposta para Guiné-Bissau**. Edição: IMVF, Lisboa, 2009.

SANGREMAN, Carlos et al. **Observando direitos na Guiné-Bissau: educação, saúde, habitação, água, energia, justiça, igualdade de género**, 2020.

SANHÁ, Alberto. **Educação Superior em Guiné-Bissau**. Seminário Internacional de Educação Superior da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2009.

SANI, Quecoi & OLIVEIRA, Marlize Rubin. **Educação superior e desenvolvimento na Guiné-Bissau: contribuições, limites e desafios**. Pedagógica: Revista do programa de Pós-graduação em Educação-PPGE, v. 16, n. 33, p. 127-152, 2014.

SILVA, Airton Marques da. **Metodologia da Pesquisa**. rev. Fortaleza: Eduece, 2015.

SUCUMA, Arnaldo. **A conjuntura do Estado e ensino superior na Guiné-Bissau**. Estudos de Sociologia, v.1, n.23, p.251-303, 2017.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**, v. 1, p. 1-8, 2004.